

A Dinâmica Socioeconômica do Desenvolvimento Fronteiriço: Uma análise da região de planejamento Sul Fronteira - MS

Obedias Miranda Belarmino¹

Rosele Marques Vieira²

Resumo: O desenvolvimento em regiões de fronteira é permeado por singularidades, geralmente esses territórios apresentam dinâmica socioeconômica diferenciada das demais regiões brasileiras. O objetivo deste artigo é apresentar a dinâmica socioeconômica do desenvolvimento da região de planejamento Sul Fronteira – MS, com base nos seus indicadores socioeconômicos. Para isso foi desenvolvida uma pesquisa quantitativa, descritiva elaborada a partir de levantamento de dados, secundários. Os resultados mostram que a região apresenta desempenho pouco expressivo nos seus indicadores. Os municípios com melhores indicadores de desenvolvimento socioeconômico foram, Laguna Carapã 0.6845, Ponta Porã 0.6686, Aral Moreira 0.6390 e Amambai 0.6295 esses apresentando moderado desenvolvimento. Os municípios com menores percentuais de desenvolvimento são Tacuru 0.5022, Paranhos 0.5584 e Sete Quedas 0.5597 com regular desenvolvimento e baixos níveis nos demais indicadores. Ademais os dados retratam a elevada desigualdade dos municípios localizados na faixa de fronteira, com coeficiente de GINI de 0,57, além de elevada concentração de renda entre os 10% mais ricos com 43,95%. Desse modo a realidade socioeconômica da região favorece a desigualdade e a baixa qualidade de vida de seus habitantes, o que evidencia a necessidade de ações rápidas para reverter essa situação.

Palavras chave: Desenvolvimento fronteiriço. Indicadores socioeconômicos. Região de planejamento Sul Fronteira.

Abstract: The development in border regions is permeated by singularities, generally these territories present socioeconomic dynamics different from other Brazilian regions. The objective of this article is to present the socioeconomic dynamics of the development of the planning region Sul Fronteira - MS, based on its socioeconomic indicators. For this purpose, a quantitative, descriptive research was developed based on data collection, secondary. The results show that the region has a low performance in its indicators. The municipalities with the best socioeconomic development indicators were Laguna Carapã 0.6845, Ponta Porã 0.6686, Aral Moreira 0.6390 and Amambai 0.6295, with moderate development. The municipalities with the lowest percentages of development are Tacuru 0.5022, Paranhos 0.5584 and Sete Quedas 0.5597 with regular development and low levels in other indicators. Furthermore, the data portrays the high inequality of the municipalities located on the border, with a GINI coefficient of 0.57, in addition to a high concentration of income among the richest 10% with 43.95%. In this way, the socioeconomic reality of the region favors inequality and the low quality of life of its inhabitants, which highlights the need for quick actions to reverse this situation.

Key words: Border development. Socioeconomic indicators. Southern Frontier planning region.

¹ Administrador, mestrando no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: obedias.miranda.22@hotmail.com

² Doutora em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente nos cursos de Economia, Gestão Pública e Mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: roseleuems@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Os diálogos sobre as regiões de fronteira têm crescido nas últimas duas décadas, o desenvolvimento, a integração e a segurança são elementos sempre presentes e evidenciados por eles. Esses aspectos geralmente recebem mais atenção, pois são necessidades latentes dessas regiões. Os municípios localizados sobre a faixa de fronteira, apresentam características diferentes, isso se deve a um conjunto de fatores multidimensionais, ligados principalmente às dimensões sociais, econômicas e culturais que permeiam e se intercalam constituindo a dinâmica do desenvolvimento fronteiriço.

Ao refletirmos sobre o desenvolvimento socioeconômico, o mesmo está atrelado ao progresso e bem estar econômico e social de uma população. Regiões (ou países) que apresentam elevados indicadores socioeconômicos, oferecem uma maior qualidade de vida a sua população. Em geral regiões subdesenvolvidas, como no caso da região de planejamento Sul Fronteira apresentam elevada disparidades econômicas e sociais o que conseqüentemente resulta em menor desenvolvimento e maior desigualdade.

O estado de Mato Grosso do Sul possui 79 municípios, o governo do estado por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO), definiu para fins de planejamento e gestão, nove regiões de planejamento. A área em estudo corresponde à região de planejamento Sul Fronteira composta pelos municípios que se localizam mais ao sul do estado, na região Centro-Oeste a qual abrangem nove municípios: Amambaí, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Laguna Carapã, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas e Tacuru.

Esses municípios estão situados na fronteira com a República do Paraguai, dos nove apenas Amambai, Laguna Carapã e Tacuru não fazem fronteira seca com o país vizinho, apesar de estarem localizados sobre a faixa de fronteira. Em relação ao desenvolvimento eles apresentam características semelhantes, carregando grande influência cultural e econômica do Paraguai, em grande medida devido a proximidade territorial. Destaca-se as fortes relações comerciais e culturais entre o município de Ponta Porã no Mato Grosso do Sul e Pedro Juan Caballero, no outro lado da fronteira, relacionadas ao consumo, educação, trabalho e prestação de serviço que se intensificam devido a existência da fronteira seca.

De acordo com Lamberti (2006) a condição de conurbação dessa fronteira internacional, permitiu historicamente que as duas cidades se conformassem enquanto centro de comercialização e trocas internacionais, promovendo as interações econômicas, sociais e culturais. Tanto a população brasileira como a paraguaia circulam e consomem (no) o território urbano conurbado, produzindo relações mutuas de troca. A principal semelhança econômica encontra-se na identidade entre os bens produzidos, com forte dependência econômica ligada à produção agropecuária. A soja e o milho são as culturas de maior relevância, 77% da área agrícola da região são ocupadas com agricultura e estão localizadas em Ponta Porã, Aral Moreira e Laguna Carapã (SEMAGRO, 2015).

Por apresentar características de baixo desenvolvimento essas regiões são definidas na teoria do desenvolvimento regional como regiões periféricas, de acordo com Prebisch (1949) as regiões periféricas são áreas localizadas longe dos principais centros econômicos e urbanos, seja no interior de um determinado país ou estado, esses municípios são caracterizados pelo baixo desenvolvimento socioeconômico de sua população, geralmente apresentam um potencial econômico e social menor em comparação às regiões centrais e tem sua especialização produtiva voltada para o setor primário da economia.

De acordo com Machado (2005) e Torrecilha (2013) a faixa de fronteira é considerada uma região de necessidades latentes, carente de ações consistentes, que promovam seu desenvolvimento. Nos últimos anos essas regiões vêm recebendo mais atenção das políticas de desenvolvimento regional, entretanto ainda carecem de avanços, investimentos e políticas públicas direcionadas às especificidades fronteiriças. Diante deste contexto, o objetivo deste artigo é apresentar a dinâmica socioeconômica do desenvolvimento da região de planejamento Sul Fronteira – MS, com base nos seus indicadores socioeconômicos. Além dessa introdução o trabalho conta com três seções. Na primeira seção é desenvolvida a fundamentação teórica que embasa a pesquisa. A segunda seção destina-se aos aspectos metodológicos. Na terceira seção é apresentada a dinâmica socioeconômica da região de planejamento Sul Fronteira, e por fim são expostas as considerações finais.

2. FRONTEIRAS E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

As regiões de fronteira possuem características diferenciadas, seja na sua formação histórica, interação existente, conflitos, comércio, migrações entre outras. Esses elementos estão em constantes transformações, e geralmente acontecem de maneira mais rápida que o normal, uma vez que, essa dinâmica é afetada por dois países. Apesar de possuir características diferenciadas de outros territórios, a discussão a respeito do desenvolvimento das fronteiras internacionais tem-se ampliado a partir da década de 1990, tanto no âmbito nacional, quanto no internacional (GHETTI, 2008).

Apesar de estar inserida nos debates públicos há mais de três décadas, os resultados efetivos na transformação da realidade fronteiriça e promoção do bem estar social, são poucos, e quando existentes são ineficientes no alcance dos resultados esperados. Ao longo desse período muitos projetos, planos, comissões, núcleos e grupos de trabalho foram criados, o que culminou na elaboração de planos e políticas de integração que visavam o desenvolvimento dos municípios da faixa de fronteira, porém a maioria destes não saiu do papel. Das ações iniciadas muitas não tiveram continuidade, ou quando realizadas alcançaram poucos resultados.

A região fronteiriça é marcada por singularidades econômicas, sociais, culturais e ambientais que as diferenciam das demais regiões. Elas são permeadas por conflitos, desigualdades socioeconômicas, criminalidade, poucas oportunidades de trabalho, baixos índices de educação, saúde e renda além de apresentarem baixo desenvolvimento e crescimento econômico.

O desenvolvimento socioeconômico pode ser entendido como o processo pelo qual os indivíduos passam ao longo da vida, envolvendo mudanças nos aspectos sociais e econômicos. Em se tratando do social essas mudanças se referem à melhor inserção social, melhoria na qualidade de vida, oportunidades dignas de trabalho, melhores níveis educacionais de saúde entre outros. Já no aspecto econômico refere-se ao aumento do poder aquisitivo, renda, posse de bens móveis e imóveis, investimentos etc.

O crescimento econômico é um fator determinante na geração de novas oportunidades de trabalho, para que as pessoas possam se desenvolver socioeconomicamente. Porém, pelo natural processo de ampliação da produtividade, impulsionada pela modernização tecnológica, os postos de trabalho gerados não acompanham as taxas de expansão da economia, fator impeditivo para o desenvolvimento das pessoas (SEN, 2000).

Tem-se de um lado o desemprego conjuntural que varia de acordo com as flutuações da atividade econômica e por outro temos o desemprego estrutural que cresce naturalmente com a evolução tecnológica. O desenvolvimento não é restrito apenas a aspectos econômicos, mas ao político, cultural e social que parte da percepção das desigualdades entre países e da disparidade entre regiões, assim as diferenças regionais são constantes. Segundo Galvão (2004, p. 23):

O desenvolvimento brasileiro sempre teve feição regional. Algumas frações territoriais terminavam por se sobressair às demais, angariando recursos humanos, materiais e financeiros e confirmando a percepção corrente de um país de vastas extensões de terras e relativa escassez de homens.

Para Sen (2000) o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação: pobreza, tirania, carência de oportunidades econômicas, destituição social sistemática e negligência dos serviços públicos. O desenvolvimento está relacionado a melhorias na qualidade de vida e a liberdade dos indivíduos a viverem sem privações que afetam sua dignidade e subsistência básica.

Em países subdesenvolvidos como é o caso do Brasil destaca-se a exclusão das pessoas menos favorecidas economicamente a liberdades básicas voltadas às áreas da saúde, educação, trabalho, moradia, entre outros aos quais muitos não têm acesso ou são privados devido à condição econômica em que vivem. A esse respeito Sen (2000, p. 29) destaca:

Um número imenso de pessoas em todo o mundo é vítima de várias formas de privação de liberdade. Fomes coletivas continuam a ocorrer em determinadas regiões, negando a milhões a liberdade básica de sobreviver. Mesmo nos países que já não são esporadicamente devastados por fomes coletivas, a subnutrição pode afetar numerosos seres humanos vulneráveis. Além disso, muitas pessoas têm pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico ou água tratada, e passam a vida lutando contra a morbidez desnecessária, com frequência sucumbindo à morte prematura.

Regiões (ou países) que apresentam baixo desenvolvimento socioeconômico necessitam de políticas e programas voltados para a reversão dessa realidade. Essas desigualdades vão além da renda das pessoas e passa por questões de acesso a saúde, saneamento básico, transporte e infraestrutura.

De acordo com Ribeiro (2019) alguns fatores históricos e geográficos contribuíram para concretização dessa realidade foram: a) Ocupação do Território: a ocupação do Brasil se deu a partir do litoral, transformando essa parte do país de forma mais intensa e tornando-a mais densamente povoada. b) Industrialização: por ser a região mais ocupada, a zona litorânea do Sul e Sudeste apresentaram maior concentração industrial o que impacta na qualidade de vida dessa população. c) Mão de obra e matéria-prima: O desenvolvimento do Brasil é fruto de ciclos econômicos de produção de café, cana-de-açúcar e, posteriormente, a atividade mineradora, e essas atividades se concentravam também nas regiões Sul e Sudeste.

A partir desses fatores, as regiões que possuem estados nas porções oeste e norte do Brasil tiveram uma ocupação e industrialização bem mais tardias. Essas características impactaram negativamente no desenvolvimento dos estados dessa porção do país. A região de planejamento Sul fronteira se localiza no estado de Mato Grosso do Sul, e faz parte do Centro Oeste do país, e vive os reflexos do baixo desenvolvimento consequentes dessa dinâmica.

2.1 Implicações das desigualdades para o desenvolvimento dos territórios

As desigualdades socioeconômicas fazem parte da realidade fronteiriça, e poucas ações práticas que visem amenizar seus efeitos sobre a população menos favorecida é percebido nessa região (BELARMINO E VIEIRA, 2020). Segundo Santos (2010) podemos denominar desigualdade social como sendo uma condição de acesso desproporcional aos recursos, materiais ou simbólicos, fruto das divisões sociais.

Sen (2000) concorda com a assertiva supracitada, porém vai além, desenvolvendo uma abordagem que complementa a ideia de acesso desproporcional aos recursos. Para o autor, são dois os mecanismos principais que explicam a gênese das desigualdades sociais: capacidades e funcionamentos. Compreendendo que capacidades são possibilidades de escolha, isto é, poderes para fazer ou deixar de fazer algo. Está relacionado com acessibilidade aos recursos. Já os funcionamentos estão relacionados com os estados e ações que uma pessoa consegue realizar vivendo de algum modo.

De acordo com Myrdal (1960, p.43) "O jogo das forças do mercado tende, em geral, a aumentar e não a diminuir as desigualdades regionais". Sendo assim, regiões onde são implantadas essa visão como é o caso da fronteira acabam adentrando no processo de causação circular cumulativa, o que torna cada dia mais acentuado sua natureza desigual.

Ao falarmos sobre as causas das desigualdades e o crescente distanciamento entre ricos e pobres temos inúmeras causas, as mais comuns são: Má distribuição de renda; Ineficiência na administração pública dos recursos; Falta de investimento nas áreas sociais, culturais, saúde e educação; Falta de oportunidades de trabalho; Corrupção; Lógica de acumulação do mercado capitalista entre outras (SEN, 2001; MYRDAL, 1960). Um país que não consegue suprir as necessidades básicas de grande parte de seus cidadãos, dificilmente conseguirá prosperar e diminuir as desigualdades de forma equitativa.

As consequências mais graves da alta desigualdade e que impedem o desenvolvimento dos territórios estão no aumento da pobreza, miséria e a favelização. O que é retratado por meio da fome, desnutrição e mortalidade infantil; Aumento das taxas de desemprego; Aumento da marginalização; Atraso no processo econômico; Subdesenvolvimento; Aumento dos índices de violência e criminalidade; Desalento social entre outros (SEN, 2001; MYRDAL, 1960). Territórios que vivem nesse contexto não alcançam desenvolvimento sem que antes sejam resolvidas essa situação. É pela equalização e diminuição das desigualdades socioeconômicas que esses fenômenos podem ser amenizados, abrindo assim caminho para o desenvolvimento, uma população com fome não consegue desenvolver um território.

Assim como as desigualdades produzem efeitos negativos, a sua redução produz efeitos positivos, em ambas isso ocorre de forma circular e cumulativa, ou seja, o aumento ou a redução da desigualdade atuam de maneira continua acumulando seus efeitos sejam eles de desigualdade ou progresso. O que em longo prazo pode ser benéfico, pois, fomenta o desenvolvimento ou maléfico ao colaborar para perpetuação do subdesenvolvimento. Myrdal (1960) foi o primeiro a perceber e ressaltar a natureza auto cumulativa das desigualdades regionais como um processo dificilmente reversível em qualquer sistema econômico, face aos mecanismos de causação circular. De acordo com a conceituação de Myrdal, esta causação compreenderia dois tipos de autoindução: a) "efeitos dinâmicos" que impulsionariam os pólos de crescimento; b) "efeitos de atraso" impelindo a auto deterioração das áreas atrasadas.

Na pratica esses efeitos propiciam maior concentração e crescimento em determinados polos e atraso em outras regiões. E isso acontece de forma auto cumulativa, favorecendo a crescente desigualdade nas regiões mais periféricas do país como o claro exemplo da fronteira. A

expansão de uma determinada região tende a produzir efeitos regressivos em outras. Entre esses efeitos estão: a migração da população mais jovem em idade apta para o trabalho, bem como de profissionais técnico mais qualificado; o movimento de capital em busca de taxas de retornos mais elevadas; e o comércio que se desloca para as áreas centrais em busca de maior contingente de demanda. Estes são, sem dúvida, os meios pelos quais o processo de acumulação de capital se desenvolve para cima nas regiões mais desenvolvidas, e para baixo nas mais pobres (MYRDAL, 1960).

Conforme Oliveira (2002) a identificação da pobreza e das desigualdades é essencial para diminuição da exclusão social, pois auxilia na promoção do desenvolvimento humano de maneira focalizada levando em conta as características de dado local. Nesses termos, o autor esclarece que, antes de qualquer coisa, os países e regiões necessitam promover crescimento econômico, porém, para, além disto, precisam proporcionar a distribuição deste crescimento econômico de forma equitativa a população, visando assim a equalização das disparidades socioeconômicas e por fim o desenvolvimento do território. Dentro desse contexto, é de consenso entre diversos autores que quanto maiores forem às desigualdades socioeconômicas presentes numa dada região, menores são suas chances da mesma em alcançar o desenvolvimento, o que em certa medida é reflexo do que vem acontecendo na região de planejamento Sul Fronteira - MS.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

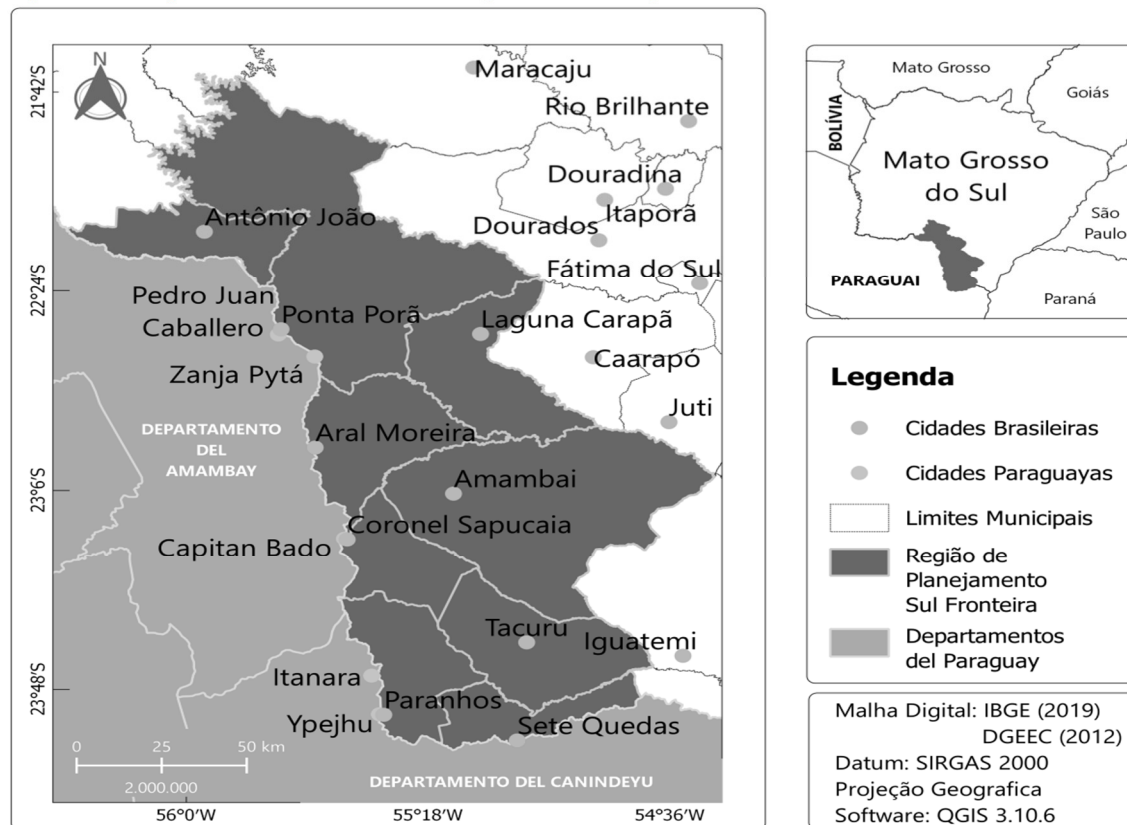
Este trabalho possui uma abordagem quantitativa, pois visa apresentar de maneira numérica e quantificável os dados de desenvolvimento socioeconômico da região de planejamento Sul Fronteira, criando assim um panorama de sua dinâmica do desenvolvimento. Quanto aos objetivos a pesquisa tem caráter descritivo, para Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, o estabelecimento de relações entre variáveis.

O trabalho foi realizado com base no levantamento de dados secundários, publicados por instituições públicas, tais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil; Secretaria de Estado De Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO) e Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). Os dados utilizados referem-se a: População; Trabalho e rendimentos; Renda e Pobreza; Produto Interno Bruto (PIB); coeficiente de GINI e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

Ao coletar os dados buscou-se selecionar os mais atuais possíveis, porém devido a indisponibilidade das instituições competentes não foi possível coletar dados do mesmo período para todos os indicadores. Por serem advindos de instituições diversas, cada uma, mantém uma periodicidade de publicação diferente, e nem sempre possuem dados do atual ano corrente. Assim, se optou por coletar os dados da ultima publicação vigente para todos os indicadores selecionados.

A população em estudo refere-se a região de planejamento Sul Fronteira, a qual abrange nove municípios: Antônio João, Amambaí, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Laguna Carapã, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas e Tacuru. A região faz fronteira seca com os Departamentos Del Amambay e Departamentos Del Canindeyu no Paraguai e esta localizada no estado de Mato Grosso do Sul, conforme demonstrado na figura 1 abaixo.

Figura 1: Mapa de Localização da Região de Planejamento Sul Fronteira - MS



Fonte: Cartografia Silveira (2020).

4. DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO DE PLANEJAMENTO SUL FRONTEIRA

A região de planejamento Sul Fronteira ocupa um espaço territorial de 19.020,94 km², sendo compostas por nove municípios, esses possuem em comum o fato de que boa parte deles situa-se na fronteira com a República do Paraguai, dos nove, seis fazem fronteira seca com o país vizinho, carregando assim grande influência cultural e econômica deste País. A região conta com a presença expressiva de agricultores familiares, onde se destacam 15 assentamentos com 4.292 famílias e 18 aldeias indígenas com aproximadamente 4.336 famílias e 21.681 pessoas (SEMAGRO, 2015). A população total residente nesta região conforme mostra a tabela 1, é de 214.735 habitantes.

Tabela 1: População da região Sul Fronteira 2020

Municípios	População
Amambai	39.826
Antônio João	9.020

Aral Moreira	12.332
Coronel Sapucaia	15.352
Laguna Carapã	7.419
Paranhos	14.404
Ponta Porã	93.937
Sete Quedas	10.771
Tacuru	11.674
Total	214.735

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2020.

O município com maior representatividade é Ponta Porã, com 93.937 habitantes. O segundo maior município é Amambai com 39.826 habitantes. Os municípios com menores populações são Laguna Carapã com 7.419 habitantes seguida de Antônio João com 9.020 habitantes, os demais municípios apresentam densidade demográfica similar.

Cerca de 76% da população reside na área urbana e 24% na área rural (IBGE, 2020). Estas condições contribuem para que a região tenha uma das mais baixas taxas de urbanização do estado de Mato Grosso do Sul, cuja média é de 85,64% (SEMAGRO, 2015). Apesar da grande produção agropecuária da região o percentual de população empregada nessas atividades é relativamente baixo devido a alta tecnologia utilizada na produção. De acordo com CENSO AGRO (2017) 78% de todos os estabelecimentos rurais da região são familiares, todavia utilizam apenas 5% da área rural. O que demonstra uma gigantesca disparidade entre área rural ocupada e o número de estabelecimentos, uma vez que a agricultura não familiar possui apenas 22% dos estabelecimentos e utilizam 95% de toda área cultivável. Evidenciando assim a forte presença de latifundiários na região, o que em grande medida afeta a dinâmica do desenvolvimento, elevando a desigualdade e a concentração de renda.

Os trabalhos formais estão divididos entre o setor público e privado, com destaque para o comércio e a prestação de serviços que emprega grande parte da população. Conforme a tabela 2 o município com o maior salário médio mensal da região é Laguna Carapã com 2,7 a menor média salarial é de Coronel Sapucaia 1,8 seguida de Tacuru 1,9 os demais municípios variam de 2,0 à 2,3.

Tabela 2: Trabalho e Rendimento no ano 2018

MUNICÍPIOS	Salário médio mensal dos trabalhadores formais 2018	Pessoal ocupado 2018	População ocupada 2018
Amambaí	2,1	5.372	13,8%
Antônio João	2,0	734	8,3%
Aral Moreira	2,3	1.176	9,8%
Coronel Sapucaia	1,8	1.31	8,6%
Laguna Carapã	2,7	1.091	15%
Paranhos	2,2	962	6,8%
Ponta Porã	2,2	14.367	15,8%
Sete Quedas	2,3	1.113	10,3%
Tacuru	1,9	727	6,4%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2018.

Ao comparar a população de cada município com o número de pessoal ocupado, o município com a maior população ocupada é Ponta Porã 15,8%, sendo o principal centro comercial e possuindo a maior taxa de urbanização da região Sul Fronteira. Na segunda colocação esta Laguna Carapã com 15%, mesmo sendo o menor município da região apresenta um elevado percentual de população ocupada em sua maioria em trabalhos voltados a cadeia produtiva do agronegócio. A segunda maior cidade é Amambaí e apresenta 13,8% de população ocupada. Os municípios com menores populações ocupadas são Tacuru com 6,4% seguido de Paranhos com 6,8% ambos devido a baixa urbanização e pouca presença de indústrias e comércio, com forte dependência do setor primário, setor esse que apresenta baixa empregabilidade.

Ao analisar a concentração de renda, verifica-se que a média apropriada pelos 10% mais ricos na região Sul Fronteira é de 43,95%. Conforme apresentado na tabela 4 o município onde os 10% mais ricos se apropriam da maior parte da renda é Ponta Porã com 50,05%, seguida de Paranhos 48,71% e Tacuru com 46,38%. A menor concentração de renda é de Laguna Carapã 39,84% seguida de Coronel Sapucaia 40,08%.

Tabela 3: Renda e Pobreza no ano de 2010

MUNICÍPIOS	% de extremamente pobres 2010	% de pobres 2010	% da renda apropriada pelos 10% mais ricos 2010
Amambaí	10.58	20.69	42.85
Antônio João	11.57	25.93	43.71
Aral Moreira	11.89	26.82	41.27
Coronel Sapucaia	16.87	35.06	40.08
Laguna Carapã	9.45	21.84	39.84
Paranhos	33.54	52.84	48.71
Ponta Porã	5.94	16.69	50.05
Sete Quedas	9.48	22.79	42.7
Tacuru	23.07	34.36	46.38

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano, 2010.

Os dados mostram que quanto maior a quantidade de renda apropriada pelos 10% mais ricos, maior é a porcentagem de pobres e extremamente pobres e consequentemente maior é a desigualdade enfrentada pela população. A única exceção é vista em Ponta Porã, que mesmo tendo 50,05% de concentração de renda pelos 10% mais ricos ainda possui menor porcentagem de pobres e extremamente pobres e isso se deve em grande medida as peculiaridades locais do município como conurbação e o grande fluxo migratório de estudantes de medicina residentes no município que estudam na cidade vizinha Pedro Juan Caballero – PY, os quais alteram a dinâmica do município de forma singular.

Em relação a participação do PIB por setores de atividades dos municípios, conforme mostra a tabela 4 abaixo. Observa-se que o setor que mais contribui para o PIB é o setor de comércio e serviços, com destaque para Ponta Porã e Amambaí, onde esse setor é mais especializado. Apenas em Aral Moreira e Laguna Carapã esse setor obteve menor participação, onde o setor agropecuário é mais representativo e isso se deve ao forte potencial desses municípios nas atividades agropecuárias.

Tabela 4: PIB da Região de planejamento Sul Fronteira no ano de 2016

MUNICÍPIOS	PIB R\$1.000,00			
	Agropecuária	Indústria	Com. E Serv.	TOTAL
Amambaí	223.198,14	85.748,24	489.420,68	798.367,06
Antônio João	76.641,09	8.172,06	99.227,05	184.040,20
Aral Moreira	255.837,80	21.111,86	237.140,37	514.090,03
Coronel Sapucaia	42.970,42	11.181,56	119.772,01	173.923,99
Laguna Carapã	236.841,57	19.657,96	128.955,92	385.455,45
Paranhos	40.173,33	8.245,88	110.185,18	158.604,39
Ponta Porã	701.332,30	293.466,97	1.351.015,20	2.345.814,47
Sete Quedas	57.409,08	12.353,23	125.378,16	195.141,47
Tacuru	66.644,40	7.049,40	104.755,64	178.449,44

Fonte: SEMAGRO (PIB com Valor adicionado, descontados impostos, 2016).

O segundo setor de maior relevância para região é o agropecuário, devido ao grande potencial produtivo da região e a vasta quantidade de terras cultiváveis, os municípios de maior destaque nesse setor são Ponta Porã, Aral Moreira, Laguna Carapã e Amambaí. O setor industrial possui baixa representatividade na região, sendo ainda muito incipiente, apenas em Ponta Porã e Amambaí ele apresenta maior desempenho, porém apresentando baixa relevância. A limitada presença de indústrias na região Sul Fronteira se deve em medida pela localização de seus municípios, que se encontram sobre a faixa de fronteira. Outros fatores que contribuem são a

falta de mão de obra qualificada e de logística. Entretanto existem oportunidades para expansão deste setor na região.

Os municípios com os melhores desempenhos do PIB são Ponta Porã com 2.345.814,47, Amambaí 798.367,06, seguido de Aral Moreira 514.090,03 e Laguna Carapã com 385.455,45. Os PIB elevados desses municípios são consequência, da grande produção agropecuária e sua maior especialização, nos setores de comércio e serviços que corroboram diretamente para o crescimento do produto interno bruto. Os menores PIB são registrados em Paranhos 158.604,39, Coronel Sapucaia 173.923,99 e Tacuru 178.449,44, decorrentes da sua pequena população, baixo percentual de pessoal ocupado, pouca presença de indústrias e baixa produção agropecuária.

O coeficiente de GINI funciona como um termômetro da desigualdade, e consiste em um número entre 0 e 1, quanto menor o índice, menor a desigualdade e quanto maior, mais elevada é a desigualdade. Esse índice é comumente utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda, podendo ser usado também para qualquer distribuição, como concentração de terra, riqueza entre outras. A seguir é apresentado o coeficiente GINI da região Sul Fronteira.

Tabela 5: GINI da Região de Planejamento Sul Fronteira no ano de 2010

MUNICÍPIOS	GINI
Amambaí	0.56
Antônio João	0.54
Aral Moreira	0.53
Coronel Sapucaia	0.55
Laguna Carapã	0.53
Paranhos	0.64
Ponta Porã	0.60
Sete Quedas	0.54
Tacuru	0.60
Média	0.57

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano, 2010.

A região apresenta GINI com média de 0,57 o que evidencia uma maior concentração de renda e desigualdade, situação que é refletida da qualidade de vida de sua população. Conforme demonstrado na tabela 5 os municípios com as maiores desigualdades são Paranhos com 0.64, Tacuru e Ponta Porã ambos com 0.60. Os municípios com menores valores de GINI são Aral

Moreira e Laguna Carapã ambos com 0.53, porém ainda longe do ideal evidenciando acentuada desigualdade.

Visando sintetizar a análise o IFDM (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal) apresenta um panorama do desenvolvimento socioeconômico da região com base nas variáveis de (Educação, Saúde, Emprego e Renda) e quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento da região.

Tabela 6: IFDM da Região de planejamento Sul Fronteira no ano de 2016

MUNICÍPIOS	Educação	Saúde	Emprego e renda	IFDM
Amambaí	0.7436	0.6452	0,4997	0.6295
Antônio João	0.7872	0.5560	0.4535	0.5989
Aral Moreira	0.6637	0.6909	0.5623	0.6390
Coronel Sapucaia	0.6765	0.5818	0.4903	0.5829
Laguna Carapã	0.7079	0.8057	0.5398	0.6845
Paranhos	0.6296	0.5727	0.4730	0.5584
Ponta Porã	0.8038	0.7412	0.4608	0.6686
Sete Quedas	0.7217	0.6338	0.3236	0.5597
Tacuru	0.5968	0.4578	0.4520	0.5022
Média	0.703	0.631	0.472	0.602

Fonte: Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, 2016.

Índice de desenvolvimento IFDM

Alto desenvolvimento 0,800 - 1,000
 Moderado desenvolvimento 0,600 - 0,799
 Regular desenvolvimento 0,600 - 0,799
 Baixo desenvolvimento 0,000 - 0,399

Os municípios que se destacam na classificação de moderado desenvolvimento no IFDM, correspondem a Laguna Carapã, Ponta Porã, Aral Moreira e Amambaí. Já os municípios de Paranhos, Tacuru, Sete Quedas, Coronel Sapucaia e Antônio João, apresentam percentuais menores, classificando-se com regular nível de desenvolvimento. Dentre as variáveis analisadas pelo IFDM a menor média foi verificada no Emprego e Renda com 0.472 o que denota regular desenvolvimento e demonstra a fragilidade da região em relação as oportunidades de trabalho e elevação da renda. As variáveis Educação e Saúde estão classificadas com moderado desenvolvimento, apesar de melhores desempenhos ambas precisam de certo progresso. Observa-se que embora o estado de Mato Grosso do Sul esteja se desenvolvendo a índices maiores que a média brasileira, em geral os municípios na região de planejamento Sul Fronteira não acompanham este nível de desenvolvimento ao apresentarem indicadores socioeconômicos inferiores, o que favorece a desigualdade socioeconômica e a permanência da região no círculo vicioso da pobreza, transformando a região num bolsão de pobreza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica socioeconômica evidencia que a região de planejamento Sul Fronteira, é considerada uma região com baixo desenvolvimento socioeconômico. Apresentando assim baixo percentual de população ocupada de 10,53%, elevado percentual de pobres e extremamente pobres, além de apresentar níveis menores de saúde, emprego e renda.

Os municípios com menores percentuais de desenvolvimento socioeconômico da região são, Tacuru 0.5022, Paranhos 0.5584 e Sete Quedas 0.5597 apresentando regular desenvolvimento, e baixos níveis nos demais indicadores. Já os municípios com melhor desenvolvimento socioeconômico na região foram, Laguna Carapã 0.6845, Ponta Porã 0.6686, Aral Moreira 0.6390 e Amambai 0.6295 todos apresentando moderado desenvolvimento. Entretanto apesar de melhores em relação aos demais municípios da região Sul fronteira esse desenvolvimento é menor ao comparar com a média do estado de Mato Grosso do Sul, evidenciando assim a necessidade de progresso nos indicadores socioeconômicos da região.

Ademais os dados mostram a elevada desigualdade dos municípios localizados na faixa de fronteira com coeficiente de GINI de 0,57 além de alta concentração de renda entre os 10% mais ricos com 43,95%. Apresentando assim menores percentuais de desenvolvimento socioeconômico, sejam pelas singularidades que envolvem essa região ou pela falta de políticas públicas voltadas especificamente para fronteira. Nesse sentido conforme pontuado por Ferrera de Lima J. et al., (2020) se as políticas públicas não priorizarem os municípios nos quais está enraizado o subdesenvolvimento, fomentando a alteração das suas características internas referente à condição de pobreza, elevam-se as chances de se depreciar cada vez mais o bem-estar da sua população e, conseqüentemente, seu desenvolvimento humano.

Os limites deste trabalho está em não conseguir explicar na totalidade o porquê desse baixo desenvolvimento socioeconômico, uma vez que o propósito do trabalho é apresentar a dinâmica socioeconômica do desenvolvimento na região de planejamento Sul Fronteira. Desse modo, este artigo não pretende esgotar o assunto, devendo servir de base para o avanço no entendimento das questões socioeconômicas da faixa de fronteira sul mato grossense. Por fim, como desdobramento dessa pesquisa propõe-se a aplicação dessa análise nas demais regiões de planejamento de Mato Grosso do Sul para possíveis comparações inter-regionais.

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa Institucional de Bolsas aos Alunos de Pós-Graduação (PIBAP) pelo apoio no desenvolvimento dessa pesquisa.

Referências

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Base de dados** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking> Acesso em: 20 out.2019.

BELARMINO, Obedias M; VIEIRA, Rosele M. Desenvolvimento fronteiriço: Uma análise dos indicadores socioeconômicos da região de planejamento Sul Fronteira/MS. **Anais do III Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras**, Toledo - PR, p. 517-537, 2020. Disponível em: <https://gpfronteras.wixsite.com/coloquio-fronteiras> Acesso em: 07.jan.2021.

FERRERA DE LIMA J. et al. **Desenvolvimento regional fronteiriço no Brasil**. Toledo, PR: Núcleo de Desenvolvimento Regional – UNIOESTE, 2020.

GALVÃO, Antonio Carlos F. Política de desenvolvimento regional e inovação: a experiência da União Européia. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

GHETTI, Isabella Benini Lolli. **A questão urbana no universo fronteiriço: sobre a fronteira internacional de Ponta Porã / MS**. Orientador: Angélica Aparecida Tanus Benatti Alvim. 2008. 101 p. Dissertação (Mestrado - Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/2636>. Acesso em: 28 jan. 2021.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Disponível em: **Renda per capita por município**. <https://bit.ly/2XcnNBe>. Acesso em: 20.jun.2020.

IFDM - **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**, Disponível em: <https://bit.ly/39Lu6kg> Acesso em: 20.dez.2019.

LAMBERTI, Eliana. **Dinâmica comercial no território de fronteira: reexportação e territorialidade na conurbação Ponta Porã e Pedro Juan Caballero**. 2006. 92 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2006.

MACHADO, L. O. **Ciência, tecnologia e desenvolvimento regional na faixa de fronteira do Brasil**. Parcerias Estratégicas, Brasília, DF, n. 20, p. 1-554, jun. 2005. Edição especial. Seminários Temáticos para a 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, 2005.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. MEC/ISEB - Coleção Textos de Economia contemporânea. Rio de Janeiro, 1960.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. A FRONTEIRA DO ARCO CENTRAL E SUA REALIDADE ECONÔMICA E SOCIAL. In: PÊGO, Bolívar. **Fronteiras do Brasil: uma**

avaliação do arco Central. Rio de Janeiro: Ipea, MDR, 2019. v. 4, cap. 4, p. 57-66. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35256&Itemid=444. Acesso em: 2 fev. 2021.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico latino-americano e alguns de seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.) **Cinquenta anos de pensamento da Cepal**. V. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000 [1949].

RIBEIRO Amarolina. **Desigualdades regionais do Brasil**. INFOESCOLA. Disponível em: <https://bityli.com/5Zfdl> Acesso em: 22.dez.2019.

SANTOS, Juliana Anacleto. Desigualdade Social e o Conceito de Gênero. Disponível na internet: <http://www.virtu.ufjf.br/artigo%203a7.pdf>. acesso em março de 2020.

SEMAGRO. **Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul**, Regiões de Planejamento, MS 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3jYWRP3>. Acesso em 16 de mar.2020.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

SEN, Amartya (2001), **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Editora Record.

TORRECILHA, M. L. **A gestão compartilhada como espaço de integração na Fronteira Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai)**. 2013. 180 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.